

BIBLIOTECAS ESCOLARES: BRASIL E PORTUGAL - DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES PARA FORMAÇÃO/CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

SCHOOL LIBRARIES: BRAZIL AND PORTUGAL - GUIDELINES AND GUIDANCE FOR THE FORMATION/CONSTRUCTION OF SCHOOL LIBRARIES

Alan Freire de Lima^a

RESUMO

Objetivo: Investigar os parâmetros para a elaboração e construção de bibliotecas escolares. Além disso, busca-se verificar e fazer uma análise das bibliotecas escolares do Brasil e de Portugal. **Metodologia:** A metodologia utilizada ao presente estudo tem um cunho quali-descritivo e exploratório, a revisão de literatura e recorreu-se também às diretrizes e normas/orientações internacionais de organizações como *American Association of School Librarians*, *International Federation of Library Associations and Institutions*, *International Association of School Librarianship*, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e Rede de Bibliotecas Escolares. A realidade das bibliotecas escolares no Brasil inclui a ausência das mesmas em boa parte das escolas brasileiras. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira apontam que boa parte das escolas brasileiras não possuem bibliotecas. **Resultado:** Os resultados desvelam que muitas escolas brasileiras além de não possuírem bibliotecas escolares, não contratam bibliotecários formados, conforme a legislação exige que as bibliotecas dos mais variados tipos e formatos sejam administradas, organizadas, o tratamento informacional e a orientação à pesquisa ao leitor sejam realizados por profissionais com formação universitária em Biblioteconomia, e os atendentes de biblioteca exige-se o curso de técnico em biblioteconomia. **Conclusão:** Chegamos à conclusão de que houve um avanço em relação ao número de bibliotecas escolares, mas ainda está aquém do básico ideal, a má preparação acadêmica e a ausência seja da biblioteca escolar e/ou do bibliotecário escolar ainda é predominante em boa parte do sistema de educação básica.

Palavras-chave: Bibliotecas escolares; Bibliotecas de escola; Gestão de bibliotecas; Recursos de Informação.

^a Doutor em Psicologia pela European International University (EIU). Doutor em Antropologia pela Logos University International (UNILOGOS), Paris, França/São Paulo, Brasil. E-mail: freirefoundation@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A biblioteca escolar brasileira, como muitos autores como Lima, Almeida Junior, Fofonca (2023), Fragoso (2002, 2005), Silva (1999), já destacaram, sofre com a precariedade, da ausência das bibliotecas escolares nas escolas brasileiras, da formação inadequada e da desvalorização do bibliotecário escolar, e quando existente experimenta a desvalorização institucional. Muitos autores como Silva *et al.* (2021), Freire *et al.* (2009) tratam das problemáticas que acometem as bibliotecas escolares, cujas bibliotecas estão submetidas tanto aos órgãos governamentais como aos órgãos particulares.

Dentre os objetivos gerais temos como finalidade pesquisar e conhecer melhor as políticas internacionais relacionadas aos serviços e produtos oferecidos pela biblioteca escolar. Inclusive, sobre a existência ou não de parâmetros e normas nacionais ou internacionais para as bibliotecas escolares. Como objetivos específicos, pretendem-se: analisar as diretrizes internacionais para a construção de bibliotecas escolares; investigar a legislação sobre a universalização das bibliotecas escolares no Brasil; compreender como está a realidade das bibliotecas escolares no Brasil e traçar algumas comparações entre as realidades do Brasil e de Portugal.

Consultamos fontes informacionais complementares disponíveis online em órgãos oficiais internacionais para nos familiarizarmos com as políticas internacionais, tais como a *Library of Congress (LC)*, *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)*, *American Association of School Librarians (AASL)*, *School Library Association* do Reino Unido, Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) vinculada ao Ministério de Educação de Portugal, e a *International Association School Library (IASL)*, cuja secretaria executiva situa-se na Austrália, Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas (RCBP) iniciativa da Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB) vinculado ao Ministério da Cultura de Portugal.

No ano de 2010 durante o governo do Lula foi promulgada a Lei nº 12.244/10 (Brasil, 2010) com o intuito de tornar obrigatória a implantação de bibliotecas escolares em todas as escolas do território nacional com a

contratação de profissional formado em Biblioteconomia para administrar, organizar, tratamento técnico, assim como oferecer os serviços bibliotecários nas bibliotecas escolares. Todavia dados do Brasil de 2018 revelam que mais de 55% das escolas brasileiras não possuem sala de leitura e nem bibliotecas escolares.

A Lei 9.674/1998 (Brasil, 1998) que trata da regulamentação da profissão de bibliotecário exige que as bibliotecas nos seus mais diversos tipos e suportes sejam administradas e organizadas por bibliotecários. A realidade brasileira de mais da metade das escolas não terem bibliotecas escolares mostra o descaso das escolas e do governo para com a qualidade da educação e pesquisa desde a tenra infância mesmo com leis que regem a obrigatoriedade de bibliotecas escolares a seus alunos. A RBE Rede de Bibliotecas Escolares de Portugal nos fornece um exemplo de inspiração de como as metas para alcançar a universalização das bibliotecas escolares foram alcançadas e foram integradas online para oferecer oferta do seu acervo, programação e funcionamento, ao contrário do Brasil.

Paulo Freire (1979) ressalta que a reflexão sobre o homem, precede sobre a reflexão sobre o que é a educação, para tanto o filósofo e educador assevera que é necessário um estudo filosófico-antropológico com a finalidade de instar o pensamento sobre nós mesmos, compreender a natureza do homem, cujo estudo do homem se constitua o núcleo fundamental em que se alicerça o processo educacional, o núcleo fundamental deste estudo filosófico-antropológico sobre a natureza humana, nada mais é do que o entendimento sobre o homem como um ser inconcluso e inacabado, Freire afirma que todos os seres são inacabados, o que diferencia o homem dos animais é a sua consciência sobre este aspecto existencial.

Em outras palavras, a educação contribui para o que o homem evolua e se desenvolva, e a capacidade do homem saber como um ser inacabado viabiliza e potencializa a educação humana.

2 CONCEITUAÇÃO E CONCEPÇÃO DE BIBLIOTECA ESCOLAR

Para Macedo (2005), o bibliotecário escolar – membro profissionalmente

qualificado – é o responsável pelo planejamento e gestão da biblioteca escolar e, tanto quanto possível, deve ter apoio de uma equipe adequada, trabalhando em conjunto com todos os membros da comunidade da escola, de outras bibliotecas e agências afins, o nível e a organização da biblioteca escolar irão variar, de acordo com o apoio recebido da escola e de quanto seu orçamento possa dispor para tal.

Dentro deste contexto a RBE, demonstrou que a biblioteca deve ter um corpo de profissionais qualificados, e a biblioteca escolar deve estar equipada e preparada pelas equipes responsáveis e qualificadas pelas mesmas. Cada biblioteca deve ser um núcleo essencial da vida escolar, proporcionando um ambiente agradável aos estudantes, acesso fácil, rápido à informação, e que contenham as seguintes características:

- (a) i) se sintam num ambiente que lhes pertence e se habituem a considerar o livro e a informação como necessidades do dia-a-dia e como inesgotáveis fontes de prazer e de desenvolvimento pessoal;
- (b) ii) tenham acesso à informação e ao conhecimento, através de grande diversidade de livros, jornais, revistas, audiovisuais e tecnologias de informação;
- (c) iii) possam descobrir e alimentar o prazer de ler e de se informarem recorrendo a fontes documentais disponíveis nos mais variados tipos de suportes;
- (d) iv) possam estudar e encontrar com facilidade fontes documentais, se habituem a selecionar e gerir informação para realizarem atividades curriculares (individualmente ou em grupo, autonomamente ou com apoio docente e de técnicos especializados);
- (e) v) adquiram competências e autonomia no domínio da informação escrita, digital e multimédia e produzam documentos em suportes e linguagem diversificadas. (Portugal, 2024, local. 1).

Consoante a *International Association of School Librarianship* (1993), no documento disponibilizado no seu próprio *website*, revela muitos aspectos de extrema relevância das bibliotecas escolares para a educação, que se refere em proporcionar um aprendizado, desenvolvimento intelectual e social para a promoção cultural, da memória e da ciência, para que se possa oferecer uma educação aprofundada, sistemática e continuada de qualidade, consoante às mudanças na sociedade e no mundo, no qual os educandos estão inseridos, que se reflete em todos os seus aspectos da vida: políticos, econômicos, sociais, justiça social, intelectuais, culturais, éticos e cidadania. A biblioteca escolar tem

que estar completamente envolvida com o currículo escolar e com o projeto político pedagógico escolar.

The School Library Association recomenda que os bibliotecários escolares sejam professores qualificados, contemplando seus estudos profissionais em biblioteconomia. Este tipo de preparação garante que os professores recebam a qualificação necessária em cooperação com os profissionais tenham uma compreensão dos princípios e práticas da escola de educação fundamental.

Essa cooperação busca respaldar os professores: desenvolvimento curricular, atividades educativas oferecidas pela escola, o planejamento de curto e longo prazo com relação ao uso de materiais, tecnologia da informação e computadores; e introduzir nos educandos o aprendizado de uma educação computacional e de informática.

A biblioteca escolar é compreendida por Silva (1999) como um local onde deve ser um espaço democrático e fértil ao aprendizado, e construído através do fazer coletivo, inserindo neste contexto todos os “agentes” educacionais (professores, alunos e a comunidade):

(f) A dimensão educativa do trabalho do bibliotecário escolar é enfatizada por diversos autores, que consideram esse profissional um verdadeiro educador [...] A tarefa de orientar o aluno na utilização da biblioteca e, principalmente, a de despertar nele o gosto e o hábito de leitura são as atribuições mais reveladoras da natureza educativa do trabalho biblioteconômico na escola. Além delas, a participação do bibliotecário escolar no planejamento didático do professor é outra atribuição de cunho educativo daquele profissional. Ciente do planejamento do professor, o bibliotecário escolar conhecerá os conteúdos que serão explorados e, assim, poderá orientar com maior objetividade e eficácia a inserção da biblioteca no ensino/aprendizagem. Por outro lado, conhecendo tais conteúdos, o bibliotecário poderá apresentar ao professor a possibilidade informativas da biblioteca escolar com relação à disciplina que irá lecionar. Dessa forma, o professor planejará, com mais segurança, o envolvimento da biblioteca escolar no seu trabalho pedagógico. (Silva, 1999, p. 77).

Neste panorama, podemos acrescentar as ideias de Fragoso (2002) sobre a questão das bibliotecas escolares, que para a autora a biblioteca agrega duas funções, a primeira é a função educativa, e a segunda é a função cultural. Na função educativa a biblioteca representa um reforço no processo educativo do educando e do docente, desenvolvendo habilidades de estudo de forma

autônoma, agindo como instrumento de autoeducação, cabendo tanto ao educador como ao bibliotecário a motivar o educando a uma busca do conhecimento, incrementando a leitura e ainda auxiliando na formação de comportamentos, habilidades e competências de manuseio, consulta e utilização do livro, da biblioteca e da informação.

A biblioteca complementa as informações básicas e oferece seus recursos e serviços à comunidade escolar de maneira a atender as necessidades pedagógicas e do planejamento curricular. Em sua função cultural, a biblioteca escolar transforma-se em complemento e um aprofundamento da educação formal, ao oferecer múltiplas alternativas de leitura e, com isso, levar os educandos a amplificarem seus conhecimentos e seus pensamentos acerca do mundo. Pode potencialmente colaborar para a formação de uma atitude positiva, frente à leitura e, em certa grau, intervir e gerar mudanças da comunidade escolar e no ambiente social no qual está inserido: “Embora tão marginalizada de nosso sistema educacional, a biblioteca escolar tem funções fundamentais a desempenhar e que podem ser agrupadas em duas categorias - a educativa e a cultural” (Fragoso, 2002, p. 127).

De acordo com Lima (2023), cabe ao profissional da biblioteca atuar como mediador tornando a biblioteca escolar como um espaço para reflexão e um espaço de participação de todos os segmentos da escola, e não como um espaço fechado, elitista e antidialógico, mas com um caráter popular e inclusivo:

(g) A sociedade acaba por ter acesso à cultura neste espaço multifacetado de saberes, visto que as bibliotecas públicas devem ter um cunho social não elitista, mas que agreguem, disseminam conhecimento, e que sejam ampliadas a vários públicos, que por vezes são invisibilizados ou excluídos, como se não pudessem ter acesso a este local público que reúne o conhecimento produzido pela humanidade ao longo de sua existência e da sua história. (Lima; Almeida Junior; Fofonca, 2023, p. 70).

Dentro desta perspectiva que entendemos que a existência das bibliotecas escolares serem essenciais para ampliar o repertório literário, científico, cultural, linguístico, político, econômico, social e cidadã. A biblioteca escolar com a presença de um bibliotecário escolar bem formado, preparado, habilitado e conscientizado fará toda a diferença no elo entre a biblioteca escolar com os profissionais da educação e com os educando, disponibilizando e

viabilizando atividades e ações culturais dentro do espaço da biblioteca escolar para que educadores e educandos desenvolvam práticas e saberes educacionais, científicas, letradas, sociais e assim por diante.

3 DIRETRIZES INTERNACIONAIS PARA AS BIBLIOTECAS ESCOLARES

Primeiramente, antes de nos adentrarmos nos parâmetros, modelos e orientações referentes à formação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares do Brasil e de Portugal, vamos mostrar os parâmetros para bibliotecas escolares manifestadas e produzidas pela UNESCO, IFLA, e da associação de bibliotecários escolares como a *International Association of School Library* (IASL) na área de bibliotecas escolares.

A *International Association of School Library* tem como missão fornecer um fórum internacional para àqueles profissionais interessados em promover meios eficazes de programas para bibliotecas escolares como instrumentos viáveis no processo educativo. A *International Association of School Library*, também, oferece orientação e consultoria para o desenvolvimento de programas de biblioteca escolar e da profissão biblioteconômica escolar. A *International Association of School Library* trabalha em cooperação com outras associações profissionais e agências.

A política do acervo deve contemplar os seus mais variados suportes, que devem ser formados sob uma ótica que atenda aos programas curriculares da escola ou do sistema de ensino, além das necessidades educativas e informacionais dos educandos, dos educadores e da comunidade IFLA/UNESCO (2006).

A IFLA juntamente com a UNESCO preparou um manifesto, que foi aprovado em 1999 na sua Conferência Geral, e a UNESCO tem um posicionamento firme sobre a questão da importância da biblioteca escolar, como podemos observar a seguir:

- (h) A biblioteca escolar promove serviços de apoio à aprendizagem e livros aos membros da comunidade escolar, oferecendo-lhes a possibilidade de se tornarem pensadores críticos e efetivos usuários da informação, em todos os formatos e meios. As bibliotecas escolares ligam-se às mais extensas redes de bibliotecas e de informação, em observância aos

princípios do Manifesto UNESCO para Biblioteca Pública. (IFLA/UNESCO, 1999, local.1).

Segundo o *School Library Association* (SLA) (2009), assevera que cada aluno tenha direito à prestação efetiva dos serviços informacionais da biblioteca escolar. A SLA está empenhada em apoiar os envolvidos com as bibliotecas escolares, promovendo a qualidade de aprendizagem da leitura e oportunidades aos educandos.

A *School Library Association* é uma organização independente de caráter oficial, que foi fundada em 1937 para promover o desenvolvimento de bibliotecas nas escolas, para apoiar e incentivar todos os que trabalham em bibliotecas escolares, com vistas à sensibilização e promoção de boas práticas.

Ser sócio da *School Library Association* traz muitos benefícios, incluindo um serviço de informação de consultoria de inquéritos nacionais e internacionais, uma revista trimestral de revisão, recursos on-line, dentre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com sede em Paris na França, é uma agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), que se ocupa com as dilemas da infância como questões educacionais, a UNESCO considera a biblioteca escolar como um elemento essencial ao aprendizado, a IFLA/UNESCO (1999; 2006) orienta ao envolvimento e emancipação de uma sociedade, fomenta à promoção de novas suportes informacionais e tecnologias da área da ciência da informação, otimizando assim o fazendo um fluxo de ideias na realidade virtual ao progresso para além das bibliotecas escolares e da educação, como também ao desenvolvimento da humanidade e das nações, que com a devida apropriação da informação com o alicerce de profissionais altamente qualificados e especializados ajuda a formar cidadãos conscientes, crítico-reflexivos e bem informados.

As bibliotecas elas são a chave para a promoção da leitura e da escrita, são essenciais ao fluxo livre de ideias e à manutenção e aumento da disseminação do conhecimento. Como depositárias de livros e outros materiais impressos, hodiernamente, armazena e disponibiliza fontes informacionais digitais em equipamentos informáticos e computacionais e demais aparelhos e suportes tecnológicos digitais.

Em relação a Portugal, que promove através do Ministério da Educação o Plano Nacional de Leitura ao desenvolvimento de competências nos domínios da leitura e da escrita, bem como a criação de hábitos de leitura nos alunos, como as linhas mestras deste programa governamental para alcançar níveis de excelência em relação aos demais países mais desenvolvidos da União Europeia.

A Rede de Bibliotecas Escolares (RBE) no ano de 1996, subordinado ao Ministério da Educação de Portugal, como veremos mais detidamente adiante, a RBE formulou um documento chamado “Lançar a Rede de Bibliotecas Escolares” que tinha como objetivos respaldar as escolas na implantação e/ou aprimoramento das bibliotecas escolares nas escolas portuguesas.

A RBE de Portugal no seu *website* mostra uma série de itens relacionados à formação, organização e otimização dos serviços e produtos para bibliotecas escolares, uma espécie de guia que propõe uma série de fatores a serem analisados, consoante às diretrizes internacionais às bibliotecas escolares, como veremos mais detidamente na próxima seção.

4 PARÂMETROS PARA FORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE BIBLIOTECAS NO BRASIL E PORTUGAL

A questão do apoio governamental é de extrema importância no que se refere à formação, organização e ao funcionamento das bibliotecas escolares. Ao longo da presente pesquisa percebemos nitidamente uma diferença substancial das realidades entre Brasil e Portugal no que concerne à atuação de cada governo para com as bibliotecas escolares no âmbito dos Ministérios da Educação de ambos os países.

É importante salientar, que as ações das bibliotecas escolares, apontadas pela IFLA, se relacionam de alguma forma, direta ou indiretamente aos Ministérios da Educação e Cultura, além de órgãos como as associações bibliotecárias ou associações bibliotecárias escolares, estas últimas são mais raras em muitos países em desenvolvimento ou mesmo desenvolvidos, pelo que pesquisamos.

Em Portugal a criação da RBE, teve como responsabilidade, sobretudo do

Ministério da Educação, mas também uma colaboração do Ministério da Cultura, em uma articulação, que é bem coerente com a proposta de bibliotecas escolares apontados pela IFLA/UNESCO:

- (i) A criação de uma rede de bibliotecas escolares, assumida como política articulada pelos Ministérios da Educação e da Cultura, visa responder a uma necessidade sucessivamente enunciada, pelo menos desde meados do século passado, quer em textos oficiais, quer na imprensa, quer ainda em estudos sobre práticas culturais e sobre educação. (Portugal, 2024, local. 1).

Uma característica interessante apontada neste documento, é que uma das funções atribuídas à biblioteca escolar, além dos já expostos acima, é que a biblioteca escolar, deve ser um espaço para que todos possam encontrar registros de memórias da escola e da comunidade ao seu redor, através de documentos produzidos pela própria escola, e por outros meios de comunicação, como uma forma de formar a identidade da escola e a trajetória da mesma na sua comunidade.

Vale salientar que na RBE existe uma série de atividades organizadas e disponibilizadas como o PNL (Plano Nacional de Leitura), quem tem como objetivo melhorar o nível de literacia dos portugueses, transformando a postura com a leitura e o saber de Portugal em relação aos demais países da União Europeia. Há no PNL planos, tais como: ler mais na biblioteca, ler mais na escola, ler mais na família, ler mais em todo lado, com especificações dinâmicas e atuantes.

Na RBE, além do PNL, há uma biblioteca digital chamada: Biblioteca de Livros Digitais disponíveis aos internautas. Há um link para a DGLB (Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas) vinculado ao Ministério da Cultura de Portugal, ou seja, mostra uma integração e cooperação entre diversos setores públicos à promoção da leitura em Portugal, tudo em prol do acesso à informação ao provimento da informação, conhecimento, leitura, aquisição do hábito de pesquisa e de leitura de forma permanente.

Dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação do Brasil sobre o censo escolar do ano de 2022, revela que no Brasil há cerca de 53% das escolas da rede estadual de ensino com bibliotecas, 31,2% das escolas municipais possuem

bibliotecas, 91% das escolas federais possuem bibliotecas na escola, e que a 62% da rede educacional particular possuem bibliotecas escolares. As escolas federais se demonstraram como as mais bem equipadas com bibliotecas, e as escolas municipais possuem o pior índice com apenas 31,2% das escolas com bibliotecas escolares, como demonstrado na figura abaixo:

Figura 1- Recursos relacionados à tecnologia e à infraestrutura disponíveis nas escolas

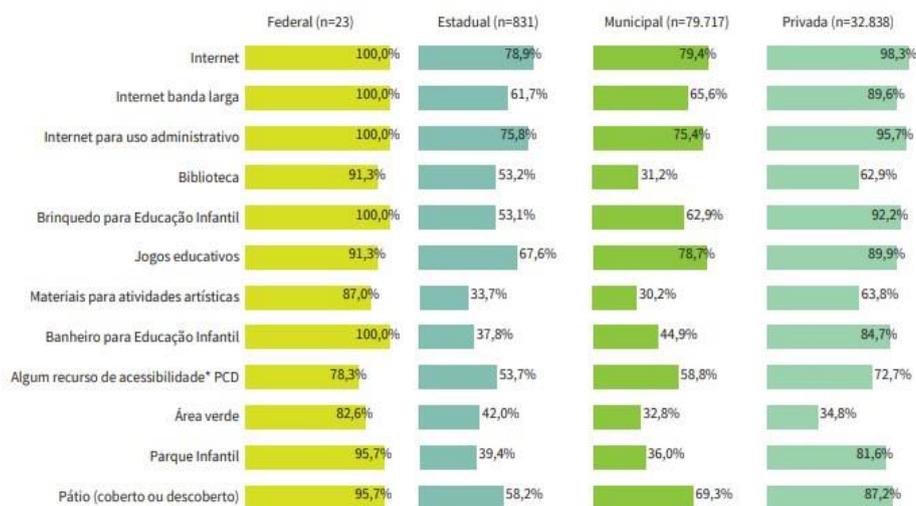


GRÁFICO 51

RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E À INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - BRASIL - 2022

Fonte: Elaborado pela Deed/Inep com base nos dados do Censo Escolar da Educação Básica.

Fonte: Brasil (2023)

Ao tratarmos da questão da existência das bibliotecas escolares nos remete a pensar e refletir sobre o funcionamento destas bibliotecas escolares, sabemos que há alguns núcleos de pesquisas neste campo nocional, no entanto não são o suficiente ainda para cruzar dados e informações sobre a situação das mesmas para que se possa melhor explorar, aprofundar e gerar reflexão crítica que enseje mudanças significativas na realidade das bibliotecas escolares que já estão operantes assim como na melhoria dos índices educacionais brasileiros.

Apesar de Campello *et al.* (2012), ter dado um impulso neste campo nocional da pesquisa científica sobre a realidade das bibliotecas escolares no Brasil, sob o prisma dos objetivos dos diagnósticos, metodologias, referencial teórico dentre outros elementos da pesquisa científica publicados na literatura no que concerne sobre a situação e condições em que se encontram as

bibliotecas escolares com uma abordagem metodológica de revisão de literatura.

Outra fonte como o Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB) (Balmant, 2013, aponta que no Brasil 72% das escolas não possuem bibliotecas, o Brasil precisaria construir 130 mil bibliotecas até 2020 para alcançar a meta da Lei 12.244 sobre a universalização das bibliotecas das escolas do país, a lei estabelece a existência de um acervo de pelo menos um livro por aluno em cada instituição de ensino do Brasil, sejam escolas da rede pública ou particular de ensino. Hodiernamente, na rede pública de ensino, apenas 27,5% das escolas possuem biblioteca. O CFB desvela que Estado de São Paulo aparece como um dos piores resultados do ranking, com 85% das unidades de sua rede pública (escolas estaduais e municipais) sem biblioteca, são 15.084 unidades educacionais sem biblioteca.

O PNBE (Programa Nacional de Biblioteca da Escola) distribui livros ligados aos programas educacionais e bibliográficos: materiais didáticos, história em quadrinhos, memória, biografia, obras clássicas e culturais para fazer com que o educando se adentre no universo letrado, melhorando o nível educacional e cultural destes estudantes da rede pública federal, estadual e municipal de ensino.

Este programa não deixa de ser um passo importante no âmbito do governo federal ao incentivo à leitura e ao enriquecimento dos acervos das bibliotecas escolares, porém está longe de ter a participação de bibliotecários na sua programação e formação do desenvolvimento de coleções, dentre outras atividades tipicamente da formação biblioteconômicas nas universidades públicas e privadas.

A iniciativa do PNBE pode gerar mudanças nos hábitos de leitura, porém não podemos deixar de destacar que estas bibliotecas que estão sendo criadas, os livros que estão sendo adquiridos, avaliados, organizados e utilizados pela comunidade escolar, carece de uma apreciação técnica e profissional do bibliotecário, desde que este profissional seja preparado academicamente para exercer a aquisição, desenvolvimento de coleções e literatura infanto-juvenil para acervos de bibliotecas escolares, que poderia fazer uma ponte, ou um elo entre a biblioteca escolar e à educação escolar de forma a contribuir com

paradigmas informacionais e educacionais para que os profissionais bibliotecários possam lograr profissionalmente e gerar benefícios à comunidade escolar.

Para tanto temos que rever a nossa grade curricular e formação dos bibliotecários nas universidades brasileiras para atender esta enorme demanda informacional e literária às bibliotecas escolares no Brasil.

Verificamos na grade curricular do curso de graduação em Biblioteconomia disponibilizada no *website Jupiter Web* da Universidade de São Paulo (USP) deixa explícito que as disciplinas com as terminologias “bibliotecas escolares”, “literatura infanto-juvenil”, dentre outras que poderiam capacitar bibliotecários para atuarem em bibliotecas escolares não estão presentes na grade curricular de disciplinas obrigatórias, como podemos confirmar nas figuras 2, 3 e 4:

Figura 2 - Grade Curricular Biblioteconomia USP

Grade Curricular

Legenda: CH=Carga horária Total; CE=Carga horária de Estágio; CP=Carga horária de Práticas como Componentes Curriculares; ATPA=Carga horária em Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Disciplinas Obrigatórias							
1º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0185	Biblioteca, Informação e Sociedade	4	0	60			
CBD0223	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação	4	0	60			
CBD0294	Introdução à Análise Documentária	4	0	60			
CBD0295	Informação, Conhecimento e Cultura	4	0	60			
	Subtotal:	16	0	240			
2º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0272	Redes Eletrônicas e Ambientes de Informação	4	1	90			
CBD0275	Introdução à Pesquisa em Ciência da Informação	4	0	60			
CBD0288	Introdução à Administração de Serviços de Informação	4	0	60			
CBD0312	Biblieducação: Elementos Conceituais e Metodológicos	4	0	60			
	Subtotal:	16	1	270			
3º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0200	Recursos Informacionais I	2	0	30			
CBD0215	Catálogo Descritiva I - AACR2r e MARC 21 (Bibliográfico e Autoridade)	4	1	90			
CBD0260	Elementos de Lógica para Documentação	4	0	60			
CBD0274	Linguagens Documentárias I	4	0	60			
	Subtotal:	14	1	240			
4º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0201	Recursos Informacionais II	4	0	60			
CBD0200 - Recursos Informacionais I				Requisito			
CBD0216	Catálogo Descritiva II	4	1	90			
CBD0215 - Catálogo Descritiva I - AACR2r e MARC 21 (Bibliográfico e Autoridade)				Requisito			
CBD0261	Linguagens Documentárias II	4	1	90			
CBD0274 - Linguagens Documentárias I				Requisito			
CBD0262	Teoria da Ação Cultural	4	0	60			
	Subtotal:	16	2	300			

Fonte: Universidade de São Paulo (2024)

Figura 3 - Grade Curricular Biblioteconomia USP

5º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0229	Documentação e Informação Digital		4	1	90		
CBD0264	Informação, Ciência e Tecnologia		2	1	60		
CBD0268	Documentação audiovisual e iconográfica		4	0	60		
CBD0273	Estágio Supervisionado em Unidades de Informação		2	12	390	240	
CBD0185	Biblioteca, Informação e Sociedade						Requisito
CBD0200	Recursos Informacionais I						Requisito
CBD0215	Catálogo Descritiva I - AACR2r e MARC 21 (Bibliográfico e Autoridade)						Requisito
CBD0216	Catálogo Descritiva II						Requisito
CBD0223	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação						Requisito
CBD0260	Elementos de Lógica para Documentação						Requisito
CBD0261	Linguagens Documentárias II						Requisito
CBD0262	Teoria da Ação Cultural						Requisito
CBD0274	Linguagens Documentárias I						Requisito
CBD0294	Introdução à Análise Documentária						Requisito
CBD0295	Informação, Conhecimento e Cultura						Requisito
CBD0272	Redes Eletrônicas e Ambientes de Informação						Requisito
CBD0275	Introdução à Pesquisa em Ciência da Informação						Requisito
CBD0288	Introdução à Administração de Serviços de Informação						Requisito
CBD0312	Biblieducação: Elementos Conceituais e Metodológicos						Requisito
CBD0201	Recursos Informacionais II						Requisito
CBD0289	Administração de Recursos e Produtos de Informação		2	0	30		
Subtotal:			14	14	630	240	
6º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0244	Estudo de Usuários da Informação na Era Digital		2	1	60		
CBD0263	Linguística Documentária		4	0	60		
CBD0284	Indexação: Teoria e Métodos		4	0	60		
Subtotal:			10	1	180		
7º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0129	Serviços ao Usuário		4	0	60		
CBD0234	Projeto Experimental Em Biblioteconomia I		2	2	90		
CBD0185	Biblioteca, Informação e Sociedade						Requisito
CBD0200	Recursos Informacionais I						Requisito
CBD0201	Recursos Informacionais II						Requisito
CBD0215	Catálogo Descritiva I - AACR2r e MARC 21 (Bibliográfico e Autoridade)						Requisito

Fonte: Universidade de São Paulo (2024)

Figura 4 - Grade Curricular Biblioteconomia USP

7º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0129	Serviços ao Usuário		4	0	60		
CBD0234	Projeto Experimental Em Biblioteconomia I		2	2	90		
CBD0185	Biblioteca, Informação e Sociedade						Requisito
CBD0200	Recursos Informacionais I						Requisito
CBD0201	Recursos Informacionais II						Requisito
CBD0215	Catálogo Descritiva I - AACR2r e MARC 21 (Bibliográfico e Autoridade)						Requisito
CBD0216	Catálogo Descritiva II						Requisito
CBD0223	Fundamentos em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação						Requisito
CBD0229	Documentação e Informação Digital						Requisito
CBD0244	Estudo de Usuários da Informação na Era Digital						Requisito
CBD0260	Elementos de Lógica para Documentação						Requisito
CBD0261	Linguagens Documentárias II						Requisito
CBD0262	Teoria da Ação Cultural						Requisito
CBD0263	Linguística Documentária						Requisito
CBD0264	Informação, Ciência e Tecnologia						Requisito
CBD0268	Documentação audiovisual e iconográfica						Requisito
CBD0274	Linguagens Documentárias I						Requisito
CBD0275	Introdução à Pesquisa em Ciência da Informação						Requisito
CBD0284	Indexação: Teoria e Métodos						Requisito
CBD0288	Introdução à Administração de Serviços de Informação						Requisito
CBD0289	Administração de Recursos e Produtos de Informação						Requisito
CBD0294	Introdução à Análise Documentária						Requisito
CBD0312	Biblieducação: Elementos Conceituais e Metodológicos						Requisito
CBD0295	Informação, Conhecimento e Cultura						Requisito
CBD0272	Redes Eletrônicas e Ambientes de Informação						Requisito
CBD0265	Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviços de Informação I		4	1	90		
CBD0289	Administração de Recursos e Produtos de Informação						Requisito
CBD0282	Estados, Formas e Processos da Cultura na Atualidade		4	0	60		
Subtotal:			14	3	300		
8º Período Ideal		Créd. Aula	Créd. Trab.	CH	CE	CP	ATPA
CBD0266	Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviços de Informação II		4	1	90		
CBD0265	Planejamento e Avaliação de Bibliotecas e Serviços de Informação I						Requisito
CBD0267	Projeto Experimental em Biblioteconomia II		4	5	210		
CBD0234	Projeto Experimental Em Biblioteconomia I						Requisito
Subtotal:			8	6	300		

Fonte: Universidade de São Paulo (2024)

A grade curricular do curso de graduação em Biblioteconomia da Universidade de São Paulo (USP) é um reflexo com o descaso histórico, institucional e acadêmico brasileiro para com a formação inicial profissional dos bibliotecários sem a formação mínima adequada para trabalharem e atuarem em um tipo de biblioteca tão peculiar que é a biblioteca escolar, que necessita de profissionais que entendam das especificidades no que concerne a compreensão clara sobre o espaço da biblioteca escolar na escola.

É de suma relevância a consonância do trabalho da biblioteca escolar com o projeto político pedagógico e cultural da escola, interação da equipe da biblioteca escola com a equipe escolar e pedagógica, desenvolvimento de coleções especializado ao acervo que atenda a demanda discente e docente das instituições escolares, como também o desenvolvimento de coleções que despertem o interesse pela leitura das faixas etárias que constitui a escola em questão, além de questões que envolvam o contexto no qual a biblioteca escolar está inserida.

Tal situação do programa curricular dos cursos de Biblioteconomia, exemplificado neste trabalho pela grade curricular do curso de graduação de Biblioteconomia da USP, que reflete o descaso com a questão das bibliotecas escolares não somente pelas escolas e suas chefias e órgãos oficiais, mas também por parte de dirigentes governamentais e acadêmicos em relação às instituições bibliotecas escolares no que tange na formação acadêmica inicial para a devida qualificação do profissional bibliotecário.

5 REQUISITOS PARA A CONSTRUÇÃO E FORMAÇÃO DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

É importante destacar que a UNESCO promove através do Manifesto da IFLA/UNESCO (2006), enfatiza a importância da biblioteca escolar no sentido de fomentar e desenvolver aos estudantes competências para a aprendizagem para toda a vida, para a transformação das pessoas em cidadãos conscientes e coloca como fatores relevantes os que veremos a seguir: missão, objetivos, financiamento, legislação e redes, pessoal, funcionamento e gestão, e também a aplicação do manifesto.

A IFLA/UNESCO (2006) estabeleceu algumas categorizações para a “construção”, ou melhor, à organização de uma biblioteca escolar, o que já nos oferece um parâmetro internacional de renome e credibilidade, que podemos sintetizar da seguinte forma, e explicaremos mais detalhadamente a seguir: missão e política; recursos; pessoal; programas e atividades; e promoção/marketing.

Vale lembrar que estas diretrizes servem como guia para os “decisores” nacionais e/ou locais a nível global, sempre contextualizadas nas questões e problemáticas locais, por isso que envolveu pessoas de vários países para a sua elaboração.

O referido Manifesto serve como referência para que governos através dos seus ministros da educação, ou seja, é algo eminentemente educacional a desenvolver estratégias, planos, políticas e projetos, conforme o Manifesto da IFLA/UNESCO.

Como verificamos por meio das diretrizes e normas/orientações internacionais das organizações AASL, IFLA, IASL, UNESCO e RBE, por exemplo, servem como um rumo norteador para a atual situação de precariedade que se encontram as bibliotecas escolares no Brasil. São muitas as ineficiências e problemas encontrados nas bibliotecas escolares na atual realidade, apesar de algumas iniciativas em prol da leitura como as referidas neste trabalho com o PNBE, este de maior envergadura no momento.

Em Portugal com a Rede de Bibliotecas Escolares, existe uma política estabelecida pelo próprio Ministério da Educação, como um órgão maior de extrema relevância no âmbito da melhoria das condições de ensino-aprendizagem em Portugal, na qual o bibliotecário é tido como um mediador de fundamental importância nas escolas, conseqüentemente para a educação portuguesa.

A RBE se enquadra muito bem dentro das diretrizes internacionais, servindo, certamente, como um modelo a ser seguido por muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, ou que não atuam de forma condizente com as diretrizes internacionais, como o Brasil, por exemplo.

É interessante observarmos que quando pesquisamos no site da RBE,

encontramos não somente uma rede de bibliotecas escolares, mas toda uma sistemática que busca atender as diretrizes internacionais, como podemos observar no PNL (Plano Nacional de Leitura) da RBE (Rede de Bibliotecas Escolares), associado à Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas, como mencionado anteriormente que tem como missão elevar o nível de literacia entre os portugueses para colocar Portugal ao nível dos países mais desenvolvidos da Europa (ler mais em família, ler mais na biblioteca, ler mais nas escolas, ler mais em toda parte).

A Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas, se trata de um órgão que tem como objetivos a difusão do livro com a leitura dentro de uma concepção inicial peculiar que vai desde a produção do livro, seus autores e seus leitores visando integrar este programa estendido a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP), estes programas, ações e instituições estão submetidos hierarquicamente a Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), e este ao Ministério da Cultura procurando favorecer um diálogo e cooperação entre bibliotecas públicas como nos mostra em seu portal.

A RCBP (Rede de Conhecimento das Bibliotecas Públicas), é um projeto da iniciativa da “Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas”, desenvolvido em parceria com os Municípios e financiado pelo Programa Operacional Sociedade do Conhecimento. Tem por objetivo disponibilizar recursos e serviços para as bibliotecas, e fomentar, entre estas, o diálogo e a cooperação, contribuindo assim para a consolidação da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, somente.

A DGLB tem como missão apoiar a RNBP, que está ligado ao Ministério da Cultura, que coloca a biblioteca pública como o elemento central ao acesso à informação. Percebemos que há certa consonância e intercâmbio informacionais com a RBE, e segue as premissas básicas das diretrizes internacionais, consoante ao Manifesto da UNESCO. A DGLB e a RNBP e a RBE tem suas atribuições e funções distintas, pois a RBE delimita a atuação das bibliotecas escolares nas escolas, mas na forma de uma rede nacional de bibliotecas que é a própria RBE.

Os serviços das bibliotecas escolares devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião,

nacionalidade, língua ou condição social (UNESCO, 2006).

A DGLB inclui em seu Portal que:

(j) [...] apóia técnica e financeiramente os municípios na criação e instalações de bibliotecas municipais, e planeja e desenvolve serviços para as bibliotecas e para os cidadãos em geral, com recurso às tecnologias de informação e comunicação. (Portugal, 2016c, local. 1)

Com o exposto acima, e ao longo da presente pesquisa, presenciamos realidades muito discrepantes e distantes entre as bibliotecas escolares brasileiras em relação às bibliotecas escolares portuguesas, estas já estão em pleno funcionamento, numa rede articulada entre si, entre as escolas e cooperando com a comunidade escolar, família, sociedade e com as bibliotecas públicas.

A estrutura portuguesa apresentada demonstra uma força conjunta entre o Ministério da Educação em relação a Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), e o Ministério da Cultura com a Direcção-Geral do Livro e das Bibliotecas (DGLB), numa associação progressiva, continuada e de cooperação harmônica e dinâmica.

Determinados teóricos teceram e tecem muitas teorias e levantaram questões filosóficas críticas sobre a formação dos bibliotecários dadas nos cursos de biblioteconomia do Brasil, baseada na precariedade de disciplinas voltadas à biblioteca escolar e educação, além do descaso governamental e de setores da educação pública em relação às bibliotecas escolares na estrutura de ensino e governamental vigente no Brasil.

Mayrink (1991) aponta que num país com problemas na área da educação, e conseqüentemente nas bibliotecas escolares, que o melhor caminho à biblioteca escolar, é colocar nas bibliotecas escolares bibliotecários qualificados para desempenhar uma função de mediação no ambiente escolar com outros profissionais especializados nas escolas, como professores na área de Letras, Pedagogia, História e assim por diante; porém sob a liderança de um bibliotecário na área biblioteconômica/biblioteca, professores com formação em nível de graduação para atuar junto com o bibliotecário para auxiliar nos programas e currículos escolares para que o bibliotecário esteja antenado com as disciplinas e conteúdos programáticos do ensino e às pesquisas dos

educandos.

Podemos enfatizar as ideias de Mayrink com as afirmações de Amaro (1998):

(k) A autonomia é uma conquista e uma construção do indivíduo e da sua identidade. Por isso, numa sociedade como a nossa, em que parcela significativa da população é excluída da vida política, social, econômica ou cultural do país, a biblioteca – nos ambientes educativos, em especial – tem um papel importante a cumprir. (Amaro, 1998, p. 41)

Acreditamos que a escola com uma biblioteca escolar em funcionamento e atuante colaboraria para uma formação precedente, capaz de influenciar na imagem e no papel do profissional bibliotecário e sua importância dentro da escola em relação ao ensino e à pesquisa desde cedo, conseqüentemente no seu reconhecimento, valorização, percepção social do profissional bibliotecário no processo educativo e informacional e, em todas as demais atuações. Enfim acreditamos que a gênese da construção positiva da imagem do bibliotecário se daria no ambiente escolar, inclusive, podemos observar isso no trabalho de Fragoso (2005):

(l) Nas bibliotecas escolares das escolas públicas, conta-se, às vezes, com profissionais sem qualificação para ocupar a função, sem motivação, e aguardando a hora de se aposentar, como também se encontra profissionais sem habilitação, mas que buscam atuar nesse ambiente, leitores com desenvoltura e com entusiasmo ausência de um profissional com formação específica para a atividade é sentida devido à não existência do cargo de bibliotecário nessas instituições. (Fragoso, 2005, p. 169)

Paulo Freire (1989) no capítulo alfabetização de adultos e bibliotecas populares – uma introdução, alude que abordar a alfabetização e adultos e de bibliotecas populares é, sobretudo tratar do problema da leitura e da escrita, que implica a leitura da realidade, não da leitura de palavras e de sua escrita em si próprias, pois a compreensão crítica da alfabetização, engloba a compreensão equitativamente crítica da leitura, que para o filósofo e educador demanda uma postura crítica da biblioteca.

Esta reflexão de Paulo Freire sobre alfabetização, leitura, entendimento crítico da leitura e de uma postura crítica da “biblioteca”, significa a biblioteca como uma instituição que deva promover um espaço, um corpo intelectual altamente qualificado e crítico-reflexivo, especializado, comprometido e

envolvido com a educação, Freire entende que a educação começa pelo entendimento sobre o próprio homem, a sua limitação imanente a sua essência inacabada e incompleta, por isso que a biblioteca e seus profissionais bibliotecários devem ter como habilidades e capacidades para atuação de forma crítica, emancipadora e libertadora dos educandos.

Nas escolas das redes estaduais de ensino do Brasil há dados não unificados adequadamente, e há disparidades em cada Estado do Brasil sobre a situação das bibliotecas escolares e da atuação dos profissionais da educação nas bibliotecas escolares, e sobre a presença (ausência) dos bibliotecários como o profissional formado e qualificado nas universidades brasileiras para os serviços de implantação, gestão de bibliotecas escolares, formação e desenvolvimento de coleções tratamento da informação, sistemas informacionais para pesquisa, cadastro de livros e usuários e empréstimos de materiais, atendimento ao usuário e serviços de referência etc.

Os dados mais recentes do ano de 2018 sobre a situação das bibliotecas escolares e salas de leitura das escolas públicas do Estado de São Paulo revelam que um terço das escolas ainda não possuem bibliotecas escolares, segundo o TCE (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) a estrutura pedagógica sofreu um retrocesso entre os anos de 2014 e 2018, uma diminuição da estrutura pedagógica, inclui os espaços da biblioteca escolar e da sala de leitura com espaço e materiais adequados:

(m) Em termos de estrutura pedagógica recomendada, os itens analisados foram: sala de leitura e biblioteca, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra coberta, sala de TV e DVD, banheiro para alunos, refeitório e cozinha. O relatório ainda mostra que a carência de estrutura aumentou em quase todos os itens analisados de 2014 para 2018. (Castro, 2019, local. 1).

Este descaso com a biblioteca escolar e com a presença (ausência) do profissional bibliotecário no seu campo de trabalho que inclui todos os diversos tipos de bibliotecas, incluindo as bibliotecas escolares se dá em outros Estados do território nacional, no caso do Estado de Goiás quase 80% das escolas estaduais possuem bibliotecas escolares, todavia o espaço é insuficiente e inadequado, e que ainda inexistente o cargo de bibliotecário e que poucas bibliotecas escolares contam com o profissional bibliotecário, ou seja, temos uma

situação de precariedade do espaço da biblioteca, e sem a presença do bibliotecário haverá uma insuficiente e ilegal atuação de outros profissionais da educação no espaço da biblioteca ocupando a função do bibliotecário para prestar um serviço de melhor qualidade e responsabilidade técnica e especializada na área das bibliotecas escolares e até nas salas de leitura.

(n) Entre as escolas que responderam, 78% têm biblioteca. Apenas 22% destas, no entanto, têm espaço físico entre 50 e 100 m², tamanho mínimo necessário para acomodar uma classe inteira ao mesmo tempo. Além disso, a maior parte dos diretores salientou que o espaço físico é insuficiente e não comporta as atividades de pesquisa escolar, além de não haver controle do acervo dessas bibliotecas. “Na falta de sistemas de catalogação e tombamento, o empréstimo é manual. A maioria das escolas não sabe quantos itens possui em suas bibliotecas. Também faltam computadores e acesso à internet para os usuários”, detalha Andréa. A falta de pessoal qualificado é outro problema. “Embora o Conselho Estadual de Educação exija a presença do bibliotecário na biblioteca escolar, a realidade da rede estadual de ensino é diferente. Professores com problemas de saúde normalmente são designados para cuidar desses equipamentos. Desse modo, poucas ações de incentivo à leitura e uso da biblioteca são desenvolvidas”. [...] Em Goiás, resolução do Conselho Estadual de Educação exige que as novas escolas tenham espaço destinado para a biblioteca escolar e, também, bibliotecário para a gestão do espaço. Apesar disso, o cargo de bibliotecário ainda não existe no Executivo estadual e poucas escolas contam com o profissional. (Queiroz; Oliveira, 2017, local. 1)

Os dados do Conselho Estadual de Educação de Goiás revelam que a realidade da Rede Estadual de Educação designa para trabalhar nas bibliotecas escolares professores com problemas de saúde e readaptados para atuar de fato nos espaços da biblioteca escolar como profissional bibliotecário escolar, ou seja há um descumprimento da legislação nacional que obriga a presença de bibliotecários nas bibliotecas brasileiras.

Recentemente esta realidade vem aos poucos se transformando com a implantação dos CEU's (Centros Educacionais Unificados da Prefeitura Municipal de São Paulo) que incluem dentre diversas outras coisas, a biblioteca operante e com bibliotecário. Entretanto nas escolas municipais da cidade de São Paulo geridas pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo não foram implantadas bibliotecas escolares com bibliotecários concursados e nem técnicos em biblioteconomia.

O que de fato existe legal e funcionalmente é a Sala e Espaço de Leitura (SAEL) implantado pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo através do decreto 49.731 de 2008, universalmente implantadas onde atuam os chamados Professores Orientadores de Sala de Leitura (POSL) que são espaço com acervo literário onde se praticam leitura, estudos, empréstimos de livros e demais serviços semelhantes às atribuições de uma biblioteca escolar, todavia não existe a presença do bibliotecário, logo por haver a referida legislação.

As bibliotecas escolares geridas por profissionais bibliotecários são inexistentes das escolas de educação infantil, educação de jovens e adultos que as escolas Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio (EMEFM), cujas escolas possuem as já mencionadas Sala e Espaço de Leitura (SAEL), sob a gestão, tratamento técnico da informação, cadastros de alunos, empréstimos de livros aos alunos, organização do acervo e demais serviços técnicos biblioteconômicos, sob o comando dos professores designados como Professores Orientadores de Sala de Leitura (POSL) pela Secretaria Municipal de Educação, o que é algo extremamente grave à categoria profissional bibliotecária, causando nocividade e desvalorização aos profissionais bibliotecários e cientistas da informação especializados em bibliotecas escolares.

Esta realidade da rede de escolas públicas da cidade de São Paulo, pode potencialmente desvelar realidade similar em diversos municípios do território nacional. O péssimo exemplo das escolas públicas da cidade de São Paulo no que tange a depreciação das bibliotecas escolares, sob um cuidadoso e científico olhar do profissional bibliotecário pode por a qualidade do acervo bibliográfico, desenvolvimento de coleções, tratamento técnico, sistemas de gerenciamento de cadastro, empréstimo de livros, dentre outros elementos como os serviços prestados aos leitores educandos sem o devido rigor técnico-científico e humanista que o bibliotecário tem como missão.

Entretanto, como dissemos anteriormente com as necessárias reformulações curriculares da formação inicial nos cursos de graduação em Biblioteconomia ofertados pelas universidades brasileiras, sem descuidar da

necessária formação continuada durante a sua atuação como bibliotecário escolar nos sistemas de ensino.

Recentemente, consoante ao Senado Notícias, da Agência Senado (2023) o Senado aprovou no dia 14 de setembro de 2023 o projeto que cria o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), cujo objetivo é fomentar a implementação de novas unidades e promover a melhoria da rede de bibliotecas, que deverão empreender também como centros de ação cultural e educacional de forma definitiva. O texto foi aprovado com mudanças e volta para a Câmara dos Deputados. O Projeto de Lei 5.656/2019, que tramitou na Câmara como PL 9.484/2018, teve parecer favorável da relatora, senadora Zenaide Maia (PSD-RN). Entretanto para criar o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), o projeto altera a Lei 12.244, de 2010, que regula a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino.

Com o objetivo de promover e fomentar a implantação de bibliotecas escolares em todas as escolas do Brasil, o governo federal inaugurou em 9 de abril de 2024, o Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares (SNBE), por meio da Lei nº 14.837/2024 (Brasil, 2024).

Esta nova legislação mudou a lei anterior – que trata da universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país – e modifica a concepção de “biblioteca escolar” para consolidar a criação do SNBE. O novo sistema tem, entre suas dez funções fundamentais, a de demarcar a obrigatoriedade de um acervo mínimo de livros e de materiais de ensino nas bibliotecas escolares, com base no número de alunos realmente matriculados em cada unidade educacional e nas especificidades da realidade local.

O fornecimento desses materiais bibliográficos para a rede pública de ensino já é realizado pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Uma atribuição importante do SNBE é concretizar uma política de acervo para as bibliotecas escolares que abranja ações de ampliação, de organização, guarda, de preservação, e de funcionamento; além de promover e de viabilizar a melhoria do funcionamento da atual rede de bibliotecas escolares, a fim de que atuem como centros de ação cultural e educacional permanentes.

Um diferencial que merece destaque é que o novo sistema visa integrar todas as bibliotecas escolares do país na internet, e manter atualizado o cadastramento de todas as bibliotecas dos respectivos sistemas de ensino.

O SNBE firma que desenvolverá atividades de treinamento e de qualificação de recursos humanos para o funcionamento adequado das bibliotecas escolares. O SNBE aponta que, ainda, há a preocupação em estabelecer parâmetros mínimos funcionais ao espaço, à instalação física das bibliotecas no âmbito das escolas, levando-se em consideração à acessibilidade, com a finalidade de que esses ambientes se tornem espaços inclusivos.

Por intermédio do SNBE, o governo federal pretende favorecer a ação dos sistemas estaduais e municipais de ensino e para que os profissionais atuantes nas bibliotecas atuem como agentes culturais, com vias à promoção do livro e de uma política de leitura nas escolas. O governo pretende fazer parcerias e convênios com entidades culturais para amplificar o acervo das bibliotecas escolares.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nacionalmente, não encontramos após diversas tentativas de pesquisas pela internet, *google* acadêmico, e outras fontes de informação acadêmica, MEC etc; dados sobre a realidade das bibliotecas escolares brasileiras em números, mas acima de tudo da qualidade das bibliotecas escolares brasileiras. Dados que Haje (2018) mostrou revelam que mais de 50% das escolas brasileiras não possuem bibliotecas escolares e nem sala de leitura.

Outras fontes disponíveis em jornais, *websites* de órgãos oficiais e profissionais apresentam dados que variam consideravelmente, o que nos faz refletir sobre o problema ou variedade metodológica aplicada para as pesquisas quantitativas e qualitativas sobre a realidade das bibliotecas escolares nos municípios, estados e no Brasil. Não obtivemos dados sobre a existência de bibliotecas escolares com a presença de bibliotecários escolares na rede municipal de educação da cidade São Paulo, conseguimos apenas informações somente sobre a existência, objetivos e o funcionamento das chamadas Sala e Espaço de Leitura (SAEL) no sistema de ensino público da cidade de São Paulo

através da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Macedo (2002) afirma que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) apresentam a biblioteca como um lugar de aprendizagem permanente, a biblioteca é compreendida como um centro de documentação e informação, que irão de encontro às necessidades, indagações e questionamentos levantados dentro das diversas áreas curriculares.

É um local privilegiado para o incentivo das atividades mentais e cognitivas de problematização, cujo conhecimento prévio do educando não deva ser ignorado, a mentalidade da criança ainda não está tão adiantada e que deverão conscientizar-se de que certos modelos e visão prévia poderão ser modificadas para o entendimento de determinados modelos para explicar um fenômeno, para tanto a biblioteca deve fornecer por intermédio de um acervo diversificado e bem formado, oportunidades para que os educandos construam ou ampliem esses modelos.

Segundo a IFLA/UNESCO (2006), recomenda que os administradores dos ministérios da educação (ministros), sigam as diretrizes internacionais estabelecidas pelas associações de classes de bibliotecários escolares, em seus respectivos países, porém no Brasil não há classe profissional de bibliotecários escolares, ou melhor, associações e instituições de bibliotecários escolares.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Senado. Senado aprova criação do Sistema Nacional de Bibliotecas Escolares. **Senado Notícias**, Brasília, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/09/14/senado-aprova-criacao-do-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares> Acesso em: 10 jun. 2024.

AMARO, Regina Keiko Obata Ferreira. **Biblioteca interativa: concepção e construção de um serviço de informação em ambiente escolar**. São Paulo, 1998. Tese. (Doutorado em Comunicações e Artes) - Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 1998.

AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS. **Home**. [S. l.]: ALA, [2024]. Disponível em: <https://www.ala.org/aasl/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

BALMANT, Ocimara. Em 72,5% das escolas não há biblioteca: lei prevê obrigatoriedade até 2013. **Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB)**, Notícias, [S. l.], 23 jan. 2013. Disponível em: <https://cfb.org.br/noticias/em-725-das-escolas-nao-ha-biblioteca-lei-preve-obrigatoriedade-ate-2020/#:~:text=O%20Brasil%20precisa%20construir%20130,de%20redes%20p%C3%ABlicas%20como%20privadas>. Acesso em 15 maio 2024.

BIBLIOTECA DE LIVROS DIGITAIS. [S. l.: s. n., 2024]. Disponível em: <http://e-livros.clube-de-leituras.pt/index.php>. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Resolução/CD/FNDE nº 39, de 17 de julho de 2009. Altera a resolução nº 7, de 20 de março de 2009, que dispõe sobre o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). Brasília, DF: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2009. Disponível em: ftp://ftp.fnde.gov.br/web/resolucoes_2009/res039_17072009.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12244.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.674, de 25 de junho de 1998**. Dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário e determina outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9674.htm. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.837, de 8 de abril de 2024**. Altera a lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, que "dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país", para modificar a definição de biblioteca escolar e criar o sistema nacional de bibliotecas escolares (SNBE). Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2024/Lei/L14837.htm. Acesso em: 11 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Biblioteca na Escola**. [S. l.]: Ministério da Educação, [2024]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-nacional-biblioteca-da-escola>. Acesso em: 15 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo escolar da educação básica 2022**: resumo técnico. Brasília, DF: INEP; MEC, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 15 maio 2024.

CAMPELLO, Bernadete Santo; CALDEIRA, Paulo da Terra; ALVARENGA, Maura; SOARES, Laura Valladares de Oliveira. Situação das bibliotecas escolares no Brasil: o que sabemos?. **Biblioteca Escolar em Revista**, São Paulo, v.1, n.1, p.1–29, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/106555>. Acesso em: 15 maio 2024.

CASTRO, Mariangela de. 1 em cada 3 escolas estaduais paulistas não têm biblioteca, diz tribunal. **Folha de São Paulo**, Agora – São Paulo. São Paulo, 06 ago. 2019. Disponível em: <https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2019/08/1-em-cada-3-escolas-estaduais-paulistas-nao-tem-biblioteca-diz-tribunal.shtml>. Acesso em: 15 maio 2024.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **A biblioteca escolar**. Comissão editorial: TANNURE, Lúcio Alves; OHIRA, Maria Lourdes Blatt; CHAVES, Álamo; TREVISOL NETO, Orestes. Brasília, DF: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2023. Disponível em: <http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/1404/1/A%20Biblioteca%20Escolar.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

CONSELHO Regional de Biblioteconomia 6ª Região. **Lei modifica a definição de biblioteca escolar e cria o sistema nacional de bibliotecas escolares**. Boletim CRB-6, 2024. Disponível em: <https://crb6.org.br/boletim-crb6/lei-modifica-a-definicao-de-biblioteca-escolar-e-cria-o-sistema-nacional-de-bibliotecas-escolares/> Acesso em: 10 jun. 2024.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 7, n. 1, 2002. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/380/461>. Acesso em: 15 maio 2024.

FRAGOSO, Graça Maria. Biblioteca na escola: uma relação a ser construída **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 169-173, jan./dez. 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/430/548>. Acesso em: 15 maio 2024.

FREIRE, Isa Maria; NÓBREGA, Nanci Gonçalves da; BADINI, Sandra Borges; ARAÚJO, Vânia Maria Rodrigues Hermes de. Ação de informação para cidadania: biblioteca e arquivo escolar. **Perspectiva em Ciência da informação**, Belo Horizonte, v.14, n.1, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S1413-99362009000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 15 maio 2024.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HAJE, Laura. Dados do Inep mostram que 55% das escolas brasileiras não têm biblioteca ou sala de leitura: Lei de 2010 determina que até maio de 2020 todas as escolas brasileiras tenham biblioteca, e a comissão de educação da Câmara acompanha o cumprimento da lei. **Câmara de Deputados**, Notícias, [S. l.], 06 dez. 2018. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/549315-dados-do-inep-mostram-que-55-das-escolas-brasileiras-nao-tem-biblioteca-ou-sala-de-leitura/>. Acesso em 15 maio 2024.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANSHIP. **Advocating for school libraries around the world since 1971**. [S. l.: s. n., 2024]. Disponível em: <https://iasl-online.org/>. Acesso em: 15 maio 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). **Diretrizes da IFLA/UNESCO para bibliotecas escolares**. Tradução (PT-PT) de: Maria José Vitorino. [S. l.]: IFLA; Vila Franca de Xirá: IFLA, 2006. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/SchoolLibraryGuidelines-pt.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS (IFLA). Manifesto biblioteca escolar da IFLA/UNESCO: a biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos. [S. l.]: IFLA; UNESCO, 1999. Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/ifla-unesco-school-library-manifesto-1999/>. Acesso em: 15 maio 2024.

LIMA, Alan Freire de; ALMEIDA JUNIOR, Oswaldo Francisco de; FOFONCA, Eduardo. Bibliotecas escolares: da sua invisibilidade à desvalorização do bibliotecário escolar. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 63–85, 2023. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1460>. Acesso em: 15 maio 2024.

MACEDO, Neusa Dias de. **Biblioteca escolar em debate**: da memória profissional a um fórum virtual. São Paulo: Editora SENAC, 2005.

MAYRINK, Paulo Tarcísio. **Biblioteca escolar brasileira**: da caracterização teórico-administrativa ao estabelecimento de diretrizes e padrões para sua organização e planejamento. 1991. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Heritage for Peace. [S. l.: s. n., 2024]. Disponível em: <https://www.unesco.org/en>. Acesso em: 15 maio 2024.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. **Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)**. [S. l.]: DGLAB, c2016. Disponível em: <http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/dglb/Paginas/dglb.aspx>. Acesso em: 15 maio 2024.

PORTUGAL. Ministério da Educação. **Rede de Bibliotecas Escolares**. [S. l.: s. n., 2024]. Disponível em: <http://www.rbe.min-edu.pt/np4/22>. Acesso em: 23 ago. 2021.

QUEIROZ, Angelica; OLIVEIRA, Frederico Ramos. Rede pública estadual de ensino têm bibliotecas, mas falta estrutura. **Jornal UFG**, [S. l.], 27 set. 2017. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/100622-rede-publica-estadual-de-ensino-tem-bibliotecas-mas-falta-estrutura>. Acesso em: 10 set. 2021.

REDE DE CONHECIMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS. Disponível em: <http://rcbp.dglb.pt/pt/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 24 ago. 2021.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Instrução normativa da secretaria municipal de educação - SME nº 49 de 14 de dezembro de 2022**. Dispõe sobre a organização das salas de leitura, espaços de leitura e núcleos de leitura e dá outras providências. São Paulo: Casa Civil, 2022. Disponível em: <https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/instrucao-normativa-secretaria-municipal-de-educacao-sme-49-de-14-de-dezembro-de-2022>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Sala e espaço de leitura — SAEL**. [S. l.: s. n., 2024]. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/sala-e-espaco-de-leitura/>. Acesso em: 15 maio 2024.

SCHOOL LIBRARY ASSOCIATION. **Supporting everyone building a school reading culture**. [S. l., 2024]. Disponível em: <https://www.sla.org.uk/>. Acesso em: 08 abr. 2024.

SILVA, Waldeck Carneiro da. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, Eduardo Valadares da; ALVES, Ana Paula Meneses; CAMILLO, Everton da Silva; ZRRIEL, Marcelly Chrisostimo de Souza. **Bonitezas da biblioteca escolar: um guia para boas práticas**. Belo Horizonte: UFMG, 2021. Disponível em: <https://nersi.eci.ufmg.br/livros/bonitezas-da-biblioteca-escolar/>. Acesso em: 15 maio 2024.

UNESCO/IFLA. **A Biblioteca Escolar no Ensino-Aprendizagem para todos: manifesto da Biblioteca Escolar da IFLA/UNESCO**. Disponível em: <http://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portug.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Escola de Comunicação e Artes. **Grade Curricular - Biblioteconomia e Ciência da Informação**. [São Paulo]: Universidade de São Paulo, 2024. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/listarGradeCurricular?codcg=27&codcur=27502&codhab=4&tipo=N>. Acesso em: 15 maio 2024.

SCHOOL LIBRARIES: BRAZIL AND PORTUGAL - GUIDELINES AND GUIDANCE FOR THE FORMATION/CONSTRUCTION OF SCHOOL LIBRARIES

ABSTRACT

Objective: The objective of this study is to investigate the parameters for the design and construction of school libraries. Furthermore, we seek to verify and analyze school libraries in Brazil and Portugal. **Methodology:** The methodology used in the present study has a quali-descriptive and exploratory nature, a literature review and also used international guidelines and standards/guidelines from organizations such as the American Association of School Librarians, International Federation of Library Associations and Institutions, International Association of School Librarianship, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization and School Libraries Network. The reality of school libraries in Brazil includes their absence in most Brazilian schools. Data from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira indicate that most Brazilian schools do not have libraries. **Result:** The results reveal that many Brazilian schools, in addition to not having school libraries, do not hire trained librarians, as the legislation requires that libraries of the most varied types and formats be managed, organized, information processing and research guidance to the reader be carried out by professionals with university training in Librarianship, and library attendants are required to have a library technician course. **Conclusion:** We came to the conclusion that there has been progress in relation to the number of school libraries, but it is still below the ideal basics, poor academic preparation and the absence of either the school library and/or the school librarian is still prevalent in a large part of the education system. basic education.

Descriptors: School Libraries. School libraries. Management of Libraries and Information Resources.

BIBLIOTECAS ESCOLARES: BRASIL Y PORTUGAL - LINEAMIENTOS Y ORIENTACIONES PARA LA FORMACIÓN/CONSTRUCCIÓN DE BIBLIOTECAS ESCOLARES

RESUMEN

Objetivo: El objetivo de este estudio es investigar los parámetros para el diseño y construcción de bibliotecas escolares. Además, buscamos verificar y analizar bibliotecas escolares en Brasil y Portugal. **Metodología:** La metodología utilizada en el presente estudio tiene un carácter cuali-descriptivo y exploratorio, una revisión de la literatura y también utilizó guías y estándares/directrices internacionales de organizaciones como la Asociación Americana de Bibliotecarios Escolares, la Federación Internacional de Asociaciones e Instituciones de Bibliotecarios, la Asociación Americana de Bibliotecarios Escolares, la Federación Internacional de Asociaciones e Instituciones Bibliotecarias, Asociación de Biblioteconomía Escolar, Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura y Red de Bibliotecas Escolares. La realidad de las bibliotecas escolares en Brasil incluye su ausencia en la mayoría de las escuelas brasileñas. Datos del Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones

Educativas Anísio Teixeira indican que la mayoría de las escuelas brasileñas no tienen bibliotecas. **Resultado:** Los resultados revelan que muchas escuelas brasileñas, además de no tener bibliotecas escolares, no contratan bibliotecarios capacitados, ya que la legislación exige que las bibliotecas de los más variados tipos y formatos sean administradas, organizadas, procesadas de la información y orientadas en la investigación al lector. ser realizado por profesionales con formación universitaria en Bibliotecología, y los auxiliares de biblioteca deberán tener un curso de técnico bibliotecario. **Conclusión:** Hemos llegado a la conclusión de que ha habido avances en cuanto al número de bibliotecas escolares, pero sigue siendo inferior al ideal. La escasa preparación académica y la ausencia de una biblioteca escolar y/o de un bibliotecario escolar siguen prevaleciendo en gran parte del sistema de educación básica.

Descriptor: Bibliotecas escolares. Bibliotecas de la escuela. Gestión de bibliotecas y recursos de información.

Recebido em: 05.10.2023

Aceito em: 04.05.2024